

# O REENCONTRO DO PRIMEIRO AMOR

## A RECEPÇÃO DA REFORMA LITÚRGICA DO CONCÍLIO NA AMÉRICA LATINA

### SUMARIO

*Marcelo de Barros Sousa*

Monge beneditino, Prior do Mosteiro da Anunciação em Goiás/Brasil, Assessor nacional da Comissão Pastoral da Terra. Autor de varios livros e artigos. Brasileiro.

*El autor, en este artículo, hace un estudio de la recepción de la reforma litúrgica del Concilio en América Latina, a través de seis puntos: el Concilio y la reforma litúrgica, la Constitución sobre la Liturgia y la propuesta del Concilio, la historia de la reforma litúrgica en América Latina, adaptación ritual o transformación eclesial, bosquejo de un estilo litúrgico «afro-índico», el reencuentro del primer amor.*

*Constata el autor que, hecha la reforma, al final de la década de los 60's, hubo un cierto alejamiento entre Liturgia y compromiso pastoral de base. Sin embargo, en los últimos años, las comunidades y las Iglesias latinoamericanas están redescubriendo y revalorizando la Pastoral Litúrgica, esencial para una profunda inculturación de la fe. Está ocurriendo «el reencuentro del primer amor».*

## INTRODUÇÃO

Quem, na América Latina e no Caribe, participa de encontros pastorais e movimentos eclesiais, sabe que, geralmente, os pontos altos dos encontros são as celebrações. Nas avaliações, as pessoas dizem que os momentos litúrgicos têm sido os mais marcantes. Cada vez mais, os grandes encontros e assembléias eclesiais são de natureza celebrativa. Neles, as pessoas fazem uma experiência celebrativa com a qual não contam em suas comunidades locais.

Por todo o continente, em setores de Igrejas, cresce a consciência de que é urgente inculturar mais profundamente a liturgia católica às realidades latino-americanas. Os próprios bispos, reunidos na IV Conferência do Episcopado latino-americano em Santo Domingo expressaram esta preocupação: "Temos de promover uma liturgia que, em total fidelidade ao espírito do Concílio Vaticano II, (...) busque, dentro das normas da Igreja, a adoção das formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e do Caribe"<sup>1</sup>.

No Brasil, em 1989, a 27ª assembléia geral da conferência dos bispos debateu e aprovou um documento sobre liturgia. É significativo que o instrumento de trabalho enviado às dioceses, chamava-se "Por um novo impulso à vida litúrgica"<sup>2</sup>.

Quando analisamos os documentos eclesiais sobre este assunto, ou que dedicam algumas páginas à Liturgia, constatamos que o ponto de referência fundamental continua sendo sempre a Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Liturgia (1963). De um lado, esta dependência do Concílio poderia merecer uma crítica. Em mais de trinta anos, caracterizados por tantas mudanças

---

<sup>1</sup> SD, n. 53.

<sup>2</sup> CNBB Linha 4 *Dimensão litúrgica, Por um novo impulso à vida litúrgica*, Ed. Paulinas, São Paulo 1988.

no mundo e na Igreja, nada se fez de mais novo no plano teológico e pastoral que passasse a ser um novo marco de referência?

É bom deixar que esta pergunta ressoe em nossos corações, mas a realidade eclesial exige outra resposta. Muitos percebem, hoje, na Igreja Católica, uma forte tendência a relativizar ou, mesmo romper com o espírito e o caminho aberto pelo Concílio. Se, desde o início, o *adornamento* da Igreja, proposto pelo Papa João, teve adversários, o fato é que, no momento do Concílio, estes tradicionalistas eram poucos. Tão poucos que não conseguiram impedir que os textos conciliares fossem aprovados por votações quase unânimes. Basta lembrar que quando, no dia 22 de novembro de 1963, a Constituição sobre a Sagrada Liturgia teve sua última votação, estavam presentes 2.152 bispos votantes. O texto recebeu 2.147 aprovações (*placet*) e apenas 4 *non placet* e mais um voto nulo<sup>3</sup>.

A realidade atual da nossa Igreja é diferente. Há quem fale em época de restauração, volta à grande disciplina, estação de seca e mesmo "contra-reforma"<sup>4</sup>. Mesmo quem discorda destas afirmações, creio que concordará que, se a votação da Constituição sobre a Liturgia, aprovada, em 1963 pela quase absoluta unanimidade dos bispos, devesse se fazer hoje em dia, entre os bispos e cardeais da nossa Igreja, certamente não receberia a mesma aprovação quase unânime.

É isto que nos leva a pensar que retomar o Concílio e recuperar a sua inspiração fundamental, não é nenhum recuo. Ao contrário, é um projeto de esperança mais ligado ao futuro do que ao passado. Certamente, na vida real, não se pode, como em filmes de aventura juvenil, viajar ao passado e, depois, retomar a nave "de volta para o futuro"<sup>5</sup>. O passado não existe mais para ser revivido. Mas, podemos lembrá-lo e retomar a sua herança, situados na realidade atual. Isso, sem dúvida, está acontecendo quando vemos despertar em muitas comunidades e movimentos latino-americanos, um amor, cada vez mais forte, pela Liturgia e por sua inculturação. É realmente o reencontro do

---

<sup>3</sup> DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II, Ed. bilingue, Vozes, Petrópolis 1966, p. 254.

<sup>4</sup> Cfr. J. BATISTA LIBÂNIO, *A volta grande disciplina*, Ed. Loyola, São Paulo 1983; ISER, AA. Vv., *Estação de seca na Igreja, Comunicações do ISER* ano 9 n. 39 -1990; PAUL LADRIÈRE et RENÉ LUNEAU et alii, *Le retour des certitudes, Événements et orthodoxie depuis Vatican II*, E, Le Centurion, Paris 1987.

<sup>5</sup> *Back to the Future* (De volta para o Futuro), filme de Robert Zemeckis, EUA 1985 Distrib: CIC.

primeiro amor, já que foi pela reforma litúrgica que nossas comunidades na América Latina começaram a caminhada da renovação que o Concílio Vaticano II trouxe às nossas Igrejas. Neste espírito, convido vocês a recordar como foi a recepção da Constituição do Concílio sobre a Liturgia na América Latina e o que podemos, hoje, concluir disso para a caminhada atual da Igreja.

## 1. O CONCÍLIO E A REFORMA LITÚRGICA

Quando, no dia 11 de outubro de 1962, iniciou-se, em Roma, o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, homens e mulheres do mundo inteiro esperavam e desejavam uma renovação eclesial. A maioria dos cristãos sentia a necessidade do que o Papa João XXIII chamava de "adjornamento", uma "atualização" da Igreja à sensibilidade e mentalidade da humanidade atual.

"Antes do Concílio Vaticano II, a reforma litúrgica mais importante que ocorreu na história da Igreja Católica foi a promovida pelo Papa Pio V (+ 1572), feita para obedecer ao que mandou o Concílio de Trento. Para defender-se do protestantismo que se espalhava, a Igreja unificou todas as liturgias ocidentais na tradição romana, com livros rituais precisos e obrigatórios para todos e sob a autoridade de uma Sagrada Congregação dos Ritos" <sup>6</sup>.

Apesar de que, durante estes últimos séculos, a liturgia romana pareceu manter-se fixa e inalterável, cada Papa ia acrescentando alguma oração ou devoção no Missal ou no Breviário, canonizava um novo santo e institua uma festa de sua devoção.

Em 1909, iniciou-se o Movimento Litúrgico. Nasceu mais em meio a intelectuais e especialistas como reação ao individualismo das devoções modernas e ao modo como a Igreja Católica havia restringido a Liturgia a um conjunto de normas jurídicas e rubricas rituais que diziam respeito ao padre e ignoravam a comunidade. Desde o início deste século, o cristianismo foi beneficiado por várias correntes de pensamento e ação que tiveram influência mútua e colaboraram para preparar a renovação do Concílio. Assim, o movimento litúrgico nasceu e cresceu junto com os movimentos bíblico, ecumênico e comunitário.

---

<sup>6</sup> PELAGIO VISENTIN, *Il Vaticano II: fatti e mete raggiunte, Il Regno - Attualità*, anno XLI n. 765 (15/02/96), 108-109.

Como a celebração é um lugar de encontro para as comunidades cristãs, ao menos, cada domingo, o movimento litúrgico tocava mais diretamente na vida do povo cristão e, em meio às comunidades, desenvolveu-se mais do que outros. Entrou em diversos países e foi conquistando a simpatia de muitos, tanto do clero, como do povo. Nunca foi um movimento de massa, mas teve influência nas Igrejas. A consciência de que uma reforma litúrgica era urgente, de tal modo espalhou-se por toda Igreja Católica, que, já na década de quarenta, Pio XII instituiu uma comissão para estudar uma reforma geral da Liturgia<sup>7</sup> e na encíclica "*Mediator Dei*" (1947), assumiu teses do movimento litúrgico, como o caráter teológico e pastoral da Liturgia, ação do Cristo e de toda a Igreja e fonte de vida espiritual para os fiéis.

De fato, além desta encíclica, já em 1951, Pio XII promulgou um decreto, restaurando a noite da Páscoa e em 1955, toda uma nova liturgia para a Semana Santa. É muito significativo que praticamente toda a renovação litúrgica na nossa Igreja tenha começado pela restauração da centralidade do Mistério Pascal, coração da nossa fé. Em 1958, o Pe. Comblin publica o seu primeiro livro. É sobre a Ressurreição do Cristo e ele o começa com uma citação de F.X. Durrwell que diz: "Na história da espiritualidade da Igreja, a tomada de consciência do mistério pascal figurará, sem dúvida, como o maior acontecimento do nosso tempo"<sup>8</sup>. Creio que a continuação da história comprova isso. Tanto a primavera teológica, pastoral e espiritual que foi para a Igreja o Concílio Vaticano II, como a realização mais profunda de uma verdadeira renovação litúrgica dependeu muito das pessoas terem compreendido e descoberto a novidade da Ressurreição de Jesus como fonte de vida, liberdade, alegria e comunhão universal.

Este tipo de revolução não acontece primeiramente na cabeça das pessoas. Começa pela prática celebrativa que tem algo de profética no sentido de que, muitas vezes, vai além da compreensão das pessoas. Assim aconteceu com a renovação da Liturgia. Por isso, quando, preparando o Concílio, o Papa João XXIII fez um inquérito entre os bispos católicos sobre os problemas a ser enfrentados pelos padres conciliares, a primeira sugestão da maioria foi no sentido de uma reforma litúrgica. A Liturgia era o campo em que havia, pelo menos, consciência da necessidade de uma reforma e, pela caminhada de tantos anos do movimento litúrgico, havia propostas preparadas. A Liturgia

---

<sup>7</sup> Cfr. PIERRE-MARIE Gy, "Notas históricas sobre a Constituição Litúrgica", in *A Sagrada Liturgia renovada pelo Concílio*, FR. GUILHERME BARAÚNA, Vozes, Petrópolis 1964, p. 85.

<sup>8</sup> J. COMBLIN, *Ressurreição*, trad. brasileira, Ed. Herder, São Paulo 1965, p. 13.

pôde, então, merecer o primeiro documento oficial do Concílio. Como veremos, isto teve vantagens e desvantagens.

## 2. A CONSTITUIÇÃO SOBRE LITURGIA E A PROPOSTA DO CONCÍLIO

Quem quiser compreender mais profundamente a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, deve interpretá-la à luz dos outros documentos do Concílio que lhe foram posteriores. Textos como a Constituição sobre a Igreja, *Lumen Gentium* e a Constituição sobre a missão da Igreja no mundo de hoje, *Gaudium et Spes* explicitam uma nova visão de Igreja e de missão. Alguns importantes princípios que já se delineiam na *Sacrosanctum Concilium*, só posteriormente puderam ser desenvolvidos e aprofundados. Por isso, o conjunto do Concílio, fato e documentos nos levam a uma compreensão mais profunda e completa da natureza da Liturgia e da Constituição que o Concílio a ela dedicou.

Certamente, um princípio fundamental de toda a renovação eclesial é a convicção de que a liturgia é ação do Cristo e da Igreja. Desta noção parte a *Sacrosanctum Concilium* (cfr. SC 7). Mas, a revolução teológica e pastoral na maneira de ver e viver todo o mistério litúrgico e cada celebração depende da compreensão neo-testamentária do "sacerdócio comum e real de todos os batizados". Sem dúvida, esta convicção está presente na Constituição, cada vez que esta insiste na participação ativa e frutuosa dos fiéis. Chega mesmo a citar a carta de Pedro (1 Pd. 2, 9. cfr. SC14), mas, naquele momento em que a Constituição foi redigida era impossível aprofundar e tirar as conseqüências todas desta verdade. A *Lumen Gentium* fará isto, inclusive citando como este sacerdócio deve ser exercido em toda ação litúrgica (cfr. LG 9, 10 e 11)<sup>9</sup>.

O Pe. Congar, perito conciliar diz claramente: "A *Sacrosanctum Concilium* tem a mesma teologia da liturgia que a *Mediator Dei*. No ponto de vista eclesiológico, ela é anterior à *Lumen Gentium*"<sup>10</sup>. A mesma evolução aconteceu com o princípio da catolicidade, com uma teologia mais ecumênica do

<sup>9</sup> Cfr. J. P. JOSSUA, "La Constitution 'Sacrosanctum Concilium' dans l'ensemble de l'oeuvre conciliaire", in *Vatican II, La Liturgie après Vatican II*, Col. Unam Sanctam 66, Ed. du Cerf, Paris 1967, p. 131-132.

<sup>10</sup> Y. CONGAR, "L' Ecclesia, sujet de l'action liturgique", in *la Liturgie après Vatican II*, idem, p. 272.

sacrifício, com a própria compreensão da missão e da relação entre o culto e a vida.

A primeira Constituição do Concílio diz: "A Liturgia, pela qual, principalmente no divino Sacrifício da Eucaristia, "se exerce a obra da nossa redenção", contribui do modo mais excelente para que os fiéis expressem em suas vidas e aos outros manifestem o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja" (SC 2). "O Cristo foi enviado pelo Pai, assim como enviou os apóstolos não só para anunciarem, mas para levarem a efeito o que anunciavam: a obra da salvação, através do sacrifício e dos sacramentos, sobre os quais gira toda a vida litúrgica" (SC 6) A Constituição deixa claro que "a liturgia não esgota toda a ação da Igreja" (SC 9), "todavia, a Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte de onde emana toda a sua força" (SC 10).

Em nenhum momento, o Concílio, ou a teologia católica negaria estas afirmações, mas os documentos posteriores nos ajudam a entendê-las no seu verdadeiro contexto. Trazem matizes que evitam uma compreensão meramente culturalista da fé.

Este assunto pode parecer menos importante. Mas, na história da renovação da Igreja em nosso continente foi importante. Ninguém nega a afirmação da Sacrosanctum Concilium de que a liturgia é a fonte e o cume de toda a vida da Igreja e que a obra da salvação realize-se através dos sacramentos. Mas, trabalhando, por mais de vinte anos, na Pastoral Popular, sei que a compreensão sem matizes desta afirmação, levou uns a entenderem a missão da Igreja no plano exclusivamente religioso e cultural, enquanto outros condenavam um tipo de pastoral sacramentalista e punham em dúvida o caráter verdadeiramente salvífico e, neste sentido, missionário e profético da liturgia. Quando deviam valorizar o culto, viam-no, apenas, como meio de catequese ou comunicação pastoral. Certamente, não é por acaso que em 1969, nas Conclusões de Medellín, a Liturgia recebeu ainda um documento (Med. 9). Mas, dez anos depois, em Puebla, a questão litúrgica entrou no capítulo sobre "Meios para a comunhão e participação, junto com o testemunho, a catequese, a educação e a comunicação social"<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Cfr. PUEBLA, *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, texto oficial da CNBB, Ed. Vozes, 1979, p. 236- 242.

O Concílio, no Decreto sobre a atividade missionária, proclama: "O plano divino da salvação não se realiza apenas no interior dos homens, ou por iniciativas, mesmo que sejam religiosas, nas quais de muitos modos, eles procuram a Deus" (AG 3). "A Igreja cumpre a sua missão, quando se faz presente a todos os homens ou povos, a fim de levá-los à fé, à liberdade e à paz de Cristo, pelo exemplo da vida, pela pregação, pelos sacramentos e demais meios da graça" (AG 5).

Na Constituição sobre a Igreja no mundo, "o Concílio exorta os cristãos a procurarem desempenhar fielmente as suas tarefas terrestres, guiados pelo espírito do Evangelho. Erram os que (...) julgam poderem negligenciar os deveres terrestres. Os cristãos estão mais obrigados a cumpri-los, por causa da própria fé. Erram igualmente as pessoas que pensam que podem entregar-se de tal maneira às atividades terrestres, alheios à vida religiosa, julgando que ela consiste somente nos atos do culto e no cumprimento de alguns deveres morais. Este divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo"(GS 43).

Na América Latina, a própria caminhada da Igreja nos leva a perceber que a obra da salvação realiza-se na liturgia, mas não de um modo absoluto, ou em si mesmo e sim como expressão e fonte alimentadora para que aconteça na doação da vida, no amor, no serviço aos irmãos e irmãs. Esta discussão vem de longe e coloca o problema da relação entre liturgia e vida. De fato, desde Santo Tomás de Aquino, a teologia escolástica distinguia "*sacramentum et res*". Na Liturgia *exerce-se, ou efetua-se* a obra da nossa redenção, enquanto sinal que é eficaz e realiza o que anuncia, mas é sinal e não a realidade em si.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* diz isto, mas de modo ainda incipiente. Medellín cita o Concílio quando afirma que "a Liturgia é obra do Cristo e do seu corpo que é a Igreja" (SC 7), mas tira conclusões que sublinham mais o elemento divino e humano presentes na celebração: "A liturgia contém a iniciativa do Pai e a resposta da humanidade" (Med. 9, 2). "O gesto litúrgico não é autêntico se não implica um compromisso de caridade, um esforço sempre renovado para ter os sentimentos do Cristo Jesus e uma contínua conversão.(...) A celebração litúrgica coroa e comporta um compromisso com a realidade humana, com o desenvolvimento e a promoção, precisamente porque toda a criação está inserida no desígnio salvador que abrange a totalidade do homem" (cfr. GS 43 e 4; Med. 9, 4).

Lembro-me de ter escutado comentários lamentando que o Concílio não tivesse começado pela discussão e aprofundamento da natureza e da missão



da Igreja. É uma discussão inútil já que na prática não foi isto o que aconteceu. Mas, é bom lembrarmos que o Pe. Comblin chega a refletir diferentemente:

"O Concílio foi para todos os seus participantes um processo de descobrimento e de estudo. O próprio Concílio foi um processo de aprendizagem. (...) No Vaticano II, principalmente no início, muitos teólogos e bispos ficaram desorientados porque o Concílio operava de acordo com outro modo de pensar (do que o que a Igreja costumava usar em seus documentos). O Concílio voltou a um pensamento de tipo simbólico semelhante ao modo de pensar da Bíblia e dos Santos Padres. Procurou desenvolver uma linguagem simbólica. Por exemplo, foi a partir da discussão sobre a liturgia que os Padres conciliares descobriram o símbolo do povo de Deus. Este preocupou os canonistas e muitos teólogos pela sua falta de rigor conceitual. Mas, ele tem valor simbólico tão grande que a sua adoção repercutiu em todos os documentos ulteriores"<sup>12</sup>.

### 3. A HISTÓRIA DA REFORMA LITÚRGICA NA AMÉRICA LATINA

#### 3.1. Antes do Concílio

Quando, estuda-se o Movimento Litúrgico, a referência é sempre personalidades como Dom Gueranger, na França, os irmãos Wolter na Alemanha e Lambert Beadouin na Bélgica, além de alguns grupos em outros países da Europa e nos Estados Unidos. No início, principalmente na obra de um monge como Dom Gueranger, o movimento era de *restauração* litúrgica. Visava purificar a liturgia romana dos acréscimos que ela recebeu ao incorporar elementos franco-germânicos. Pretendia, assim refazer uma liturgia romana que fosse mais pura e original, enquanto romana. Portanto, visava mais restaurar e "voltar às origens" do que atualizar e ligar o culto com a vida da Igreja de hoje.

No Brasil e em alguns países da América Latina, as idéias do Movimento Litúrgico entraram através da Ação Católica e de alguns grupos de intelectuais católicos como o grupo que, liderado por Dr. Alceu Amoroso Lima e Dom Martinho Michler, já em 1935, fundou o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica e o Instituto Católico de Estudos Superiores, provavelmente o primeiro

---

<sup>12</sup> J. COMBLIN, Vaticano II, ontem e hoje, *Vida Pastoral* (125/ nov-sez. 1985), 2 e 7.

curso de teologia para leigos na América Latina. Desde meados da década de trinta, este grupo, reunido em torno do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, junto a outros pequenos grupos de Ação Católica, espalhados pelo Brasil e em outros países, representava os ideais da reforma litúrgica.

Desde 1941, os fiéis podiam contar com "O Missal Quotidiano" e vários outros livros litúrgicos, traduzidos por Dom Beda Kecckesen e editados pelas Oficinas Tipográficas do Mosteiro da Bahia para todo o Brasil. Também em São Paulo, já na década de cinquenta, o povo podia seguir a Missa dominical com folhetos litúrgicos que foram os precursores dos atuais folhetos que se espalham por todo o Brasil.

No Brasil e na América Latina, a renovação litúrgica deve muito a homens como Dom Clemente Isnard que, tendo sido formado neste grupo pioneiro, participou ativamente do Conselho nomeado pelo Papa Paulo VI para executar a reforma litúrgica e, tanto na CNBB, como no CELAM, por vários anos, orientou e acompanhou a caminhada da renovação litúrgica<sup>13</sup>.

Entretanto, mesmo a estes grupos que preparavam uma reforma litúrgica, o Concílio surpreendeu e nem sempre foi fácil compreendê-lo e assimilá-lo.

Para a América Latina, como para todo o terceiro mundo, o Vaticano II com suas propostas e o caminho novo que apontou, foi uma imensa surpresa. A Igreja latino-americana não preparou o Concílio, nem estava preparada para ele, embora fosse o único continente do mundo a ter um Conselho dos bispos (CELAM), fundado desde 1956, como no Brasil tínhamos a CNBB, desde 1952.

### 3.2. Após o Concílio

Todo o movimento teológico e pastoral que culminou com o Concílio desenvolveu-se em países como a França, a Bélgica e os Estados Unidos. "Antes do Vaticano II, as Igrejas da América Latina, como de todo o terceiro mundo eram cópias materiais das Igrejas do primeiro mundo. Não tomavam quaisquer iniciativas. Só com o Concílio, descobriram que podiam ter uma originalidade e uma vocação específica"<sup>14</sup>. Certamente, no andamento dos

---

<sup>13</sup> Cfr. D. CLEMENTE ISNARD, *O Movimento Litúrgico no Brasil*, Apêndice ao livro de Bernard Botte, *O Movimento Litúrgico*, Ed. Paulinas, São Paulo 1978, p. 205 ss.

<sup>14</sup> J. COMBLIN, Vaticano II, ontem e hoje, *Vida Pastoral* (125/ nov-sez. 1985), p. 9.

trabalhos do Concílio, uma expressão desta originalidade e, mesmo da vocação própria dos latino-americanos, foi a capacidade de articular. A América Latina era a única região do mundo em que os bispos já se reuniam em conferências. Homens como Hélder Câmara (de Olinda-Recife) e Manuel Larrain (de Talca) tinham adquirido uma tal experiência de reunir os bispos e ajudá-los a formar uma posição comum, que, nos corredores, deram uma preciosa contribuição a todas as sessões do Concílio<sup>15</sup>.

Este mesmo carisma fez com que a renovação do Concílio chegasse a nós, através da Liturgia, especificamente da realização de Semanas Litúrgicas que aconteceram, de norte a sul do Brasil e também na Argentina e em outros países do continente. Estas Semanas Litúrgicas foram uma primeira ocasião para apresentar ao povo católico as propostas de renovação do Concílio. Visavam a reforma litúrgica, porque esta era a renovação imediata proposta pelo Concílio, mas, de fato, acabavam sendo encontros de renovação de toda a vida eclesial. Basta lembrar que um dos primeiros livros escritos para servir de subsídio para as semanas litúrgicas já saía durante o ano de 1994 e justamente chamava-se: "Renovemos a Paróquia"<sup>16</sup>.

As Semanas de Liturgia eram, geralmente, promovidas pelos secretariados litúrgicos dos regionais da CNBB. Foram um primeiro ensaio dos encontros sobre renovação paroquial e formação de comunidades animados por missionários como Raimundo Caramurú e Pe. José Marins que, com sua equipe, desde o pós-Concílio percorre toda a América Latina, promovendo uma verdadeira renovação eclesial em nosso continente.

"Um momento que gerou esperanças e novas perspectivas foi o encontro de teólogos, biblistas e pastoralistas de todo o continente em Viamão (Rio Grande do Sul - Brasil). Roma convocou, promoveu, cobriu os gastos e enviou os professores Pe. Danielou, Roguet e o bispo Carlos Colombo. Tratava-se de apresentar a teologia conciliar aos teólogos da América Latina. Foi, então que teve lugar a primeira missa concelebrada no continente, sob os auspícios de Dom Manuel Larrain, bispo de Talca (Chile) e presidente do CELAM.

(...) A partir deste momento, é que começa a se concretizar a possibilidade de um Instituto de Pastoral do CELAM. (...) Depois, passou a uma etapa em que se

---

<sup>15</sup> Cfr. J. O. BEOZZO, *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, Vozes, Petrópolis 1994, p. 76- 79.

<sup>16</sup> Cfr. D. HILDEBRANDO MARTINS, OSB; *Renovemos a Paróquia*, Ed. Lumen Christi, Rio de Janeiro 1964.

centralizava em diversos lugares: Instituto de Catequese em Santiago do Chile, de Liturgia em Medellín e de Pastoral em Quito<sup>17</sup>.

Naquele encontro, a liturgia ainda era uma preocupação central. Talvez até porque os três professores eram pessoas com grande sensibilidade e formação litúrgica. Até fizeram ali, a primeira grande concelebração latino-americana. Mas, o desafio era como fazer da liturgia uma atividade menos de cúpula e mais de todos; uma verdadeira celebração da vida, na qual as comunidades tivessem um verdadeiro protagonismo.

Em nossos países, a primeira medida concreta da reforma litúrgica foi passar as celebrações do latim para a língua do povo. Estas traduções já existiam e estavam espalhadas nas mãos dos fiéis. Em muitos lugares, já havia o costume do povo dialogar com o sacerdote as respostas mais comuns. Entretanto, Roma exigia traduções aprovadas oficialmente e unificadas para cada idioma. Países que têm a mesma língua tiveram de usar na liturgia as mesmas expressões e textos, mesmo se o português do Brasil é diferente do usado em Portugal, em Angola, ou Moçambique. Em 1970, dizia-se que, em todo o mundo, já havia 364 versões dos textos litúrgicos. Na América e Caribe, mesmo grupos lingüísticos menos numerosos, como o povo do Haiti que fala creolo e povos como os quéchuas e aymaras ganharam Missais e outros livros celebrativos impressos em suas línguas.

Assim, em todos os países, as comunidades passaram a usar a língua falada pelo povo, começaram a celebrar no altar "*versus populum*" e simplificaram os ritos, obedecendo às novas normas, emitidas pelo Vaticano. Em geral, foi um processo rápido. Como no Concílio, também a renovação de nossas comunidades começou pelas mudanças no modo de celebrar e não por um aprofundamento bíblico, ou por uma visão nova de Igreja. Por isso, na maioria dos lugares, executaram-se os elementos da reforma litúrgica, mas sem apreender o seu sentido mais profundo. Não transformaram o conceito de liturgia e mesmo de Igreja.

É doloroso confessar, mas temos de reconhecer que, na maioria das vezes, a reforma litúrgica manteve-se em uma certa superficialidade e não foi aprofundada. "As traduções ficaram muito literais e nem nestes novos textos, levou-se em conta o verdadeiro espírito da reforma. Verteram-se os termos do

---

<sup>17</sup> J. MARINS E EQUIPE, *De Medellín a Puebla, A práxis dos padres da América Latina*, Ed. Paulinas, São Paulo 1979, p. 21.

texto original e não o sentido fundamental do conteúdo da fé em cultura autóctone. Menos ainda se teve a preocupação de transmitir o verdadeiro sentido do momento litúrgico dentro da mentalidade eclesiológica do Vaticano II<sup>18</sup>.

Este é, certamente, um dos motivos pelos quais, em todo o continente, a renovação litúrgica empolgou as comunidades somente no primeiro momento do após-Concílio. Poucos anos depois, não contou mais com o mesmo interesse e apoio da parte dos agentes de pastoral mais engajados e das comunidades populares. Os mais avançados não se contentavam com o tímido campo que lhes era permitido e os mais tradicionais tinham medo de mudanças mais profundas.

Durante o primeiro sínodo dos bispos em Roma (setembro de 1967), o cardeal Raul Silva Henriquez, arcebispo de Santiago do Chile, falou aos jornalistas sobre como via a renovação litúrgica na América Latina e em todo o mundo:

"Tenho a impressão de perceber dois tipos de comunidades litúrgicas: a) um tipo satisfeito com a conservação das obras de arte do passado (...) e que tem um conceito de mistério que inclui como revestimento sensível uma língua e ritos ininteligíveis, como se fossem instrumentos portadores da sacralidade. b) e um tipo insatisfeito com o passado, ainda que belo, e inquieto diante do futuro. (...) Este segundo tipo interpreta bem a mentalidade do homem de hoje. Passar do primeiro ao segundo tipo é um pouco como sair de um belo museu de obras de arte para entrar no laboratório de um artista: é toda uma mudança de coisas e de mentalidades. No laboratório, há mais riscos e menos perfeição estática, coisa inevitável numa autêntica reforma"<sup>19</sup>.

Do jeito como evoluiu no após-Concílio, a reforma litúrgica tornou-se, cada vez mais, um assunto de competência das autoridades e foi restringindo-se ao clero e à preocupação com o que era permitido ou não. Quando, em todo o continente, preparava-se a Conferência de Medellín, muitos de nossos países debatiam-se com problemas sociopolíticos da maior gravidade e, por toda a parte, fazia-se sentir o anseio de nossos povos por sua libertação. Infelizmente, a Liturgia era, geralmente, tratada de um modo que parecia exclusivamente voltada para dentro do santuário e desligada das preocupações mais urgentes da vida do povo.

---

<sup>18</sup> MAUCYRM GIBIN, O Pós-Concílio: ganhos e perdas na renovação litúrgica, *Vida Pastoral* 125, p. 19.

<sup>19</sup> CARD. SILVA HENRIQUEZ, O Sínodo dos Bispos de 1967, *Comunicações*, in *REB* Dez. 1967, fasc. 4, p. 929.

## 4. ADAPTAÇÃO RITUAL OU TRANSFORMAÇÃO ECLESIAL?

Se, de fato, o Concílio Vaticano II significou na Igreja um novo Pentecostês, o primeiro sinal disso foi uma disposição da Igreja em reformar-se, não apenas no sentido de uma maquiagem, mas na profundidade de uma verdadeira conversão. O espírito com o qual o Papa João XXIII convocou o Concílio foi o de instaurar um processo de renovação que levasse à Igreja a tornar-se mais evangélica, capaz de preparar-se para a unidade com as outras Igrejas, para dialogar positiva e humildemente com o mundo moderno e melhor exercer a sua missão de ser servidora da humanidade, como instrumento da paz e da justiça.

Neste sentido, a Reforma Litúrgica enriqueceu o rito romano com elementos que são de um valor sempre atual. Por exemplo, o maior uso da Sagrada Escritura e a preocupação de dar um sentido e linguagem mais bíblica aos ritos e sacramentos, como também o cuidado para que os sinais litúrgicos se tomassem mais claros e compreensíveis para as pessoas de hoje, são conquistas importantes e atuais. Mas, nenhuma mudança concreta consegue traduzir totalmente o espírito que a gerou. Nenhuma modificação meramente ritual consegue libertar a Igreja dos resíduos de clericalismo e de fechamento sobre si mesma.

Os melhores dos nossos bispos, inclusive os mais abertos à reforma litúrgica, lançaram no Concílio à toda a Igreja, um forte apelo evangélico à simplicidade e à pobreza. Propunham que os pastores não fossem mais príncipes e sim servidores. Comprometeram-se a renunciar a títulos de honra, jóias e insígnias de ouro e a manifestar, por sinais concretos, a disposição de ser irmãos dos seus irmãos e irmãs.

A reforma litúrgica, ou teria esta mística, ou não seria uma verdadeira reforma. Aprendi isto, ainda muito jovem, acompanhando Dom Hélder Câmara em algumas celebrações. Lembro-me de um pequeno incidente ocorrido, no mesmo ano em que o Concílio encerrou-se. Eu tinha dezenove anos, era noviço beneditino e acólito da Missa numa festa paroquial de padroeira. Armaram um altar em frente à Igreja no qual o arcebispo ia "presidir" a Missa para a multidão que vinha à procissão. Atrás do altar, havia uma cadeira imensa e alta, um verdadeiro trono para o celebrante. Percebi que Dom Hélder olhou a cátedra com estranheza. O vigário, um padre jovem que coordenava semanas litúrgicas em toda a arquidiocese, conhecia-o bem.

Mandou que eu removesse dali aquela cadeira, trocando-a por uma bem mais simples e discreta. Mudei a cadeira e a Missa começou. Assim que o leitor aproximou-se para a primeira leitura, o padre fez um gesto para o arcebispo sentar-se. Dom Hélder não se mexeu. Continuou em pé, em frente ao altar. Eu estava ao lado, quando vi o vigário aproximar-se e insistir para que ele se sentasse. Lembro-me, até hoje, da voz mansa, mas persuasiva, de Dom Hélder:

- "Você não está vendo que o povo todo está de pé? Como quer que eu sente? Olhe essas mães com crianças no braço. Leve uma delas para sentar".

Era um princípio da reforma litúrgica que nenhum livro ensinava.

Mais tarde, já na época em que preparava-se Medellín, estávamos num grupo de jovem e começávamos a celebração, quando, de repente, sem ninguém esperar, entra na sala o arcebispo e senta-se numa das últimas cadeiras da roda. O grupo mostrou-se inquieto e incomodado. Vários sugeriam que ele viesse à frente. A irmã que coordenava resolveu explicitar o princípio litúrgico:

- Dom Hélder, em nome do grupo, estamos lhe pedindo que venha à frente. Não é uma questão de poder, mas para nós o senhor representa o Cristo.

Ele continuou no seu lugar, mas respondeu:

- Para representar melhor o Cristo, preciso assumir o último lugar. O Cristo se fez servo e não ocupou os primeiros lugares.

Aparentemente, podia tratar-se de um detalhe, mas pessoalmente, penso que aí está o problema que fez com que a reforma litúrgica não avançasse mais em nosso continente. Mudaram os ritos, mas nem sempre reviram o espírito que os animava. O próprio documento de Medellín diz isto: "Verifica-se a pluralidade de situações na renovação litúrgica. (...) De modo geral, é insuficiente. Falta sobre o conteúdo da reforma, uma mentalização que é especialmente importante para o clero... A liturgia não está integrada organicamente na educação religiosa, faltando a mútua compenetração" (Med. 9, 1).

A Igreja latino-americana aprofundou um caminho próprio, descobrindo a sua vocação. "Em Medellín, aplicaram-se para a América Latina as conclusões

do Vaticano II. Mas, a conferência de Medellín foi muito mais do que isso. Foi como a carta de fundação de uma Igreja latino-americana, unida às demais, mas consciente da sua particularidade, dos seus desafios próprios, e da liberdade que tinha para dar ela própria a resposta adequada aos seus desafios"<sup>20</sup>.

Como teria sido importante que toda a dimensão litúrgica acompanhasse este novo caminhar. Infelizmente, isso não aconteceu. Em Roma, apesar da sensibilidade litúrgica do papa Paulo VI e da sua abertura, pessoas responsáveis desta área eram mudadas e o processo de abertura sofria ataques. Na América Latina, a Reforma Litúrgica nunca foi além de uma simplificação dos ritos e de uma adaptação das celebrações ao mundo moderno e à mentalidade mais técnica e racional. Não se adaptou a liturgia à sensibilidade popular latino-americana. O Documento de Medellín encerra-se propondo que a liturgia busque unir-se mais às expressões da religião do povo. A linguagem é ainda tímida e a motivação é frágil: "Sendo tão arraigadas em nosso povo, certas devoções populares, recomenda-se a procura de formas mais convenientes que lhes dêem conteúdo litúrgico, de modo que sejam veículos da fé e de compromisso com Deus e com os homens" (SC 13) Med. 9, 13 <sup>21</sup>.

As comunidades pobres, que vêm de culturas ancestrais onde a cor, o cheiro, a festa e os gestos têm importância fundamental, sentiram um grande empobrecimento da liturgia. As celebrações tornaram-se muito mais racionais, pouco envolventes e mesmo pouco espirituais.

Em 1975, em um estudo sobre o andamento da reforma litúrgica, Álvaro Botero diz: "O problema das igrejas latino-americanas é não terem ambientação e preparo. Entraram, prematuramente, numa reforma litúrgica não suficientemente compreendida pelos bispos e pelo clero, não aceita por muitos e distanciada do povo (...) Daí, decorre, em parte, a situação crítica em que vive a liturgia no continente: fazem-se mudanças exteriores sem catequese nem preparação suficientes... uma liturgia muito culta, de elite, que não está chegando ao povo"<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> J. COMBLIN, *Vaticano II, ontem e hoje*, op. cit., p. 9

<sup>21</sup> CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio* (Conclusões de Medellín), Ed. brasileira aos cuidados de Odilon Orth, Ed. Vozes, Petrópolis 1970, p. 106 110.

<sup>22</sup> A. BOTERO ALVAREZ, Liturgia e valores das culturas nativas, in *REB*, fasc. 138 junho 1975, p. 392.



Apesar de compreender que, na época, o autor se expressasse assim, devo confessar que não creio que o problema fosse, ou seja ainda hoje, a ignorância do povo, ou o fato de ter faltado à reforma uma catequese explicativa mais completa. O motivo mais profundo era outro. O que nós vivíamos era o sofrimento de ver que, enquanto a pastoral e as preocupações das Igrejas mais comprometidas com o povo iam num sentido, a reforma litúrgica parecia ir em outra direção. As pastorais populares procuravam ligar o culto e a vida, a partir das expressões das culturas e da devoção do povo. Por toda a América Latina, canções de compromisso com o povo e de denúncia do militarismo tornavam-se símbolos fortes de resistência. Para muitas pessoas que arriscavam a vida para cumprir as linhas pastorais definidas por Medellín, cantar "Hermano, dame tu mano", com Victor Jara, assassinado pelos militares do Chile, ou envolver toda uma assembléia "caminhando e cantando e seguindo a canção", era um modo de expressar confiança, coragem e amor. Os lavradores faziam os seus cânticos próprios. No centro-oeste brasileiro, contavam a parábola do trigo e do joio como sendo a do arroz e do tibete, que eram as culturas que eles conheciam.

Como podiam ser formados para compreender as normas e princípios da correta reforma litúrgica? Lutando no mundo contra autoridades impostas e que determinavam tudo sem deixarem lugar à discussão, como compreender que deveriam previamente licença para que as coordenadoras de comunidade pudessem dar a comunhão aos companheiros, ou para que, nas celebrações, se fizesse o ato penitencial após o Evangelho e não no início da celebração?

Penso que existia e persiste até hoje, em nossas comunidades e seus pastores a necessidade de uma maior formação teológica, litúrgica e pastoral. Mas, o problema mais profundo da reforma litúrgica foi o pouco espaço para o diálogo e a liberdade de criar. Mesmo lidando com liturgistas e pessoas bem formadas, muitas vezes, escutei expressões como: "Isso não é litúrgico", "Isso não pode fazer". Eu mesmo devo tê-las usado sem pensar mais profundamente. Quanto mais li e estudei a história da liturgia e fiz comparações entre os diversos ritos, mesmo os mais antigos e considerados tradicionais da Igreja, mais descobri que há princípios e elementos básicos que são universalmente (antropológica e teologicamente) válidos, mas a maioria das normas e costumes são relativos. Posso dizer que, na liturgia latina, não se costuma cantar "Aleluia" na Quaresma. Posso, mesmo, mostrar como este costume tem nos ajudado espiritualmente. Mas, não posso desconhecer que os ritos orientais todos sempre usaram o Aleluia até na 6ª feira santa e não são menos espirituais. No Brasil, seguimos o rito latino e não algum rito oriental, mas na adaptação deste rito à nossa realidade, devo manter-me mais atento ao que as comunidades

têm vivido. Se não for assim, caímos no mesmo dogmatismo e teorismo de certos grupos políticos que privilegiavam sempre a teoria e não a realidade. Como ironicamente dizia alguém: "Se o defunto for grande demais para o caixão, corte-se o pé do defunto". É importante ajudar as Igrejas latino-americanas a terem uma sensibilidade e uma formação litúrgica, mas é também importante que a reforma litúrgica aceite aprender com outras culturas.

Em seu artigo, bom e profundo, Álvaro Botero conclui que havia, então, chegado a hora da terceira etapa da reforma litúrgica. A primeira teria sido simplesmente traduzir os textos como estavam, a segunda etapa consistiu na reformulação do Missal e dos demais livros. A *terceira etapa* seria justamente o momento de maior adaptação e criação, a cargo das conferências episcopais.

A Constituição do Concílio sobre a Liturgia havia dito que não desejava impor uma rígida uniformidade (SC 37). Ao contrário, estimulava uma sadia criatividade e adaptação a cada cultura e situação (SC 39-40).

Evidentemente, este pluralismo litúrgico recebeu um maior fundamento teológico com a Constituição sobre a Igreja que aprofunda a noção de unidade baseada na diversidade e ensina que cada Igreja local é plenamente Igreja: "nelas e por elas subsiste a Igreja Católica, una e única". "De fato, os bispos, fundamento da unidade em suas Igrejas particulares, fazem, por sua união colegial com o bispo de Roma e sob o seu primado, a comunhão na unidade de todas as suas diversas Igrejas, com sua disciplina própria, seus próprios usos litúrgicos e seu patrimônio teológico e espiritual" (cfr. LG cap. III, n. 23).

A renovação eclesial proposta pelo Concílio dependia da intensidade e seriedade com a qual a hierarquia da Igreja Católica, tanto na Sé de Roma, quanto nos diversos continentes do mundo, realmente acreditasse e aceitasse pôr em prática este princípio básico da eclesiologia do Concílio. Por isso, é compreensível que, no sentido mais pleno, não tenha podido avançar mais. A tal terceira etapa da reforma litúrgica nunca chegou a acontecer oficialmente. Não por culpa dos responsáveis locais ou regionais, mas porque não havia um verdadeiro clima de liberdade. O Concílio abriu um caminho e indicava possibilidades. Houve momentos em que parecia mesmo que as autoridades aceitavam a liberdade da iniciativa das bases. Mas estas, por tantos séculos, condicionadas, não conseguiam ser elas mesmas. Como ser criativos sem liberdade e sem correr riscos? Conforme a Constituição e outros documentos, as adaptações poderiam ser ordinárias e extraordinárias (cfr. SC 39-40). As adaptações ordinárias ficavam a cargo da Conferência Episcopal, ou, em casos bem precisos e, finalmente, diminutos, do Bispo em sua diocese e em casos

já descritos como alternativas nos próprios rituais, do próprio presidente da celebração. (Chamavam de adaptações ordinárias, ou alguma variação já prevista no próprio ritual, ou traduções mais populares de algum texto, ou simplificar algum rito).

As adaptações ordinárias podiam ser feitas e, após experimentadas, deveriam ser propostas à autoridade central da Igreja. No caso das adaptações consideradas extraordinárias, mudanças consideradas mais profundas, *antes de qualquer iniciativa, tem de se pedir licença à autoridade de Roma.*

A Terceira Instrução do Conselho para execução da reforma litúrgica (05/09/70) prescreve que "em relação à Missa, deve-se considerar sem vigor todas as licenças que haviam sido dadas em vista da reforma do ritual". Mais adiante, deixa aberto que "se for necessário proceder a mais amplas adaptações... e se julgar oportuno fazer alguma experiência, a conferência episcopal a realize sempre de acordo com as diretrizes disciplinares que já foram previstas pela constituição"<sup>23</sup>.

Em relação a esta questão, historicamente, houve alguns impasses dolorosos na reforma litúrgica na América Latina. Desde a época de Medellín, as comunidades eclesiais de base e os movimentos cristãos populares deram passos no sentido de uma inculturação litúrgica, mas a verdade é que, muitas vezes, estes passos não foram reconhecidos pelas autoridades e nem foram acompanhados pelas pessoas responsáveis da reforma litúrgica nos países, ou regiões.

## 5. ESBOÇO DE UM ESTILO LITÚRGICO AFRO-LATÍNDIO<sup>24</sup>

Quando, adaptando o Concílio à nossa realidade, a conferência de Medellín consagrou uma Igreja latino-americana que se definia como serviço à promoção humana e à libertação do ser humano todo e de todos os seres humanos, vários países do continente estavam vivendo ou entrando em regimes militares e

<sup>23</sup> Id. *ibid.*, p. 401.

<sup>24</sup> Peço licença de usar este neologismo que escutei por aí e que sintetiza bem as três vertentes das culturas do nosso continente: a dimensão afro, a tradição latina e a história ameríndia.

governos ditatoriais. Nesse contexto, organizar uma Pastoral de defesa da vida e da libertação dos lavradores, ou dos índios, era assumir um caminho de martírio. Ou se vivia aquele caminho com totalidade e uma profunda mística de amor, ou não se perseverava. Não só os discursos, mas as orações e principalmente os cânticos eram impregnados da realidade sociopolítica dura e escandalosa. As pessoas e grupos da caminhada não podiam esconder o que estavam vendo e ouvindo. Denunciavam a iniquidade do mundo e cantavam a esperança que animava a todos. Por toda a América Latina os grupos jovens cantavam as últimas canções da chilena Violeta Parra, ou de Víctor Jarra, assassinado pela ditadura do Pinochet, os brasileiros repetiam "Caminhando e cantando" do Geraldo Vandré e gostavam das músicas de protesto do Chico Buarque ou do Caetano Velloso.

Em um momento em que a própria teologia de outras partes do mundo assumia o desafio de viver a fé em um mundo secularizado e insistia em que se superasse a separação entre o sagrado e o profano, na América Latina, a dimensão humana mais urgente a ser assumida era o compromisso profético de transformar este mundo. Era, então, compreensível que esta situação impregnasse as celebrações. No início, sem nenhuma síntese dos elementos. Simplesmente acreditavam que a liturgia deve celebrar a vida. Como o desafio mais urgente da vida era a libertação socio-política, a celebração girava fortemente em torno disso. Muitos grupos mais tradicionais não concordavam com isto e reforçavam a dimensão mais espiritual ou carismática do culto. Nos anos setenta, bastava entrar numa Igreja, ou tomar, por um momento, o livro de cânticos ou o folheto que uma comunidade usava nas celebrações para se dizer com segurança se aquela comunidade, ou aquele padre, era da caminhada ou era de tendência "carismática". Esta divisão entre os grupos mais engajados e os mais tradicionalistas não favoreceu uma boa continuidade da renovação litúrgica em nossos países.

A "salvação" aconteceu pelo engajamento das pastorais nas devoções e expressões da fé do povo mais oprimido. Em cada país, isto se deu de um modo diferente. Em alguns, mais cedo; em outros, mais tarde. No Brasil, desde o final da década de setenta, começaram as romarias da terra. Revalorizaram-se e, de um modo novo, santuários tradicionais, como Bom Jesus da Lapa, Aparecida, Trindade e Juazeiro do Norte. Em algumas regiões, os missionários descobriram um modo de ressuscitar as antigas "santas missões" com o seu jeito popular, mas um conteúdo renovado. Não foi um processo simples, nem rápido, mas, a partir daí, a Pastoral Libertadora e a caminhada sociopolítica se encontraram e se inseriram verdadeiramente na forma de rezar e celebrar do povo e das culturas oprimidas. Pouco a pouco, os discursos de caráter mais

político e os cânticos da caminhada entraram dentro de um contexto celebrativo mais amplo. Assim, se desenvolveu todo um modo de celebrar nas comunidades de base e nos movimentos populares.

Quando alguém, vindo de outra parte do mundo, participa de algum encontro latino-americano ligado à Pastoral ou movimentos populares, geralmente impressiona-se pela beleza e criatividade das celebrações. De fato, tanto no Brasil, como em outros países, como a Bolívia e o México, tenho visto experiências celebrativas maravilhosas que têm sido para as comunidades, "fonte e expressão da sua vida de fé".

Estas celebrações têm um estilo próprio. Os ritos que se fazem, os símbolos que usam e a forma de celebrar dependem de cada lugar e de cada situação. Não foram pensados para ser codificados como regra ou critério litúrgico. Ao contrário, algumas destas celebrações aparecem como "alternativas libertadoras" contra a estreiteza e o fechamento pastoral e espiritual de certas liturgias "oficiais". Ainda hoje recordo que, era comum em alguns encontros populares, os coordenadores perguntarem quais os sinais de uma Igreja fechada e envelhecida e quais os sinais de uma Igreja renovada. Quase sempre, um dos elementos que apareciam na coluna pertencente à velha Igreja era a Liturgia, contraposta às celebrações populares que integravam os sinais de uma Igreja renovada. Sempre que eu podia, protestava contra o academicismo artificial e errado daquela análise, mas as pessoas me respondiam: "É a nossa experiência diária".

Na mesma linha em que estou insistindo, faço questão de deixar claro que quando as pessoas acusam a Liturgia de ser expressão de uma Igreja não renovada, não se referem apenas a sinais externos, como ritos ou cânticos que são usados. Ninguém cobraria de um velho padre holandês que vestisse uma túnica litúrgica no estilo afro-brasileiro e fizesse uma Missa com danças. Alguém pode seguir, palavra por palavra, o rito latino atual e, realmente, coordenar uma celebração que una a assembléia, manifeste a caridade e expresse profundamente a comunhão com Deus e entre todos. O que normalmente as pessoas criticam é um modo de celebrar autoritário e clerical, pouco afetuoso e distante da vida.

O aprofundamento que, nos últimos anos, tem se feito sobre a inculturação da Pastoral no mundo das religiões populares e no respeito à devoção do povo tem ajudado muito a uma verdadeira inculturação litúrgica. Começa-se a esboçar os contornos de um modo de celebrar latino-americano e caribênio. As comunidades católicas populares não querem deixar o Rito Romano.

Ninguém pensa em criar um rito próprio, até porque rito não se cria ou inventa. O que se deseja é que comunidades e Igrejas, com experiências e um rosto próprio como são as nossas, tenham o direito de celebrar a fé com o rito latino, mas num estilo que seja próprio de cada região e comunidade. O rito é comum. O estilo é próprio de cada grupo e adaptado a cada lugar e situação<sup>25</sup>.

Não é minha tarefa aqui descrever ou analisar os elementos ou características deste modo de celebrar já vigente na maioria dos países da América Latina. Certamente, estas páginas já ajudarão a delinear alguns aspectos desta busca. Vamos lembrar alguns exemplos:

- É fundamental que a celebração seja expressão da unidade da assembléia. Que esta seja constituída como uma comunidade de irmãos e irmãs, em condições de igualdade. Em um encontro regional do Rio de Janeiro (1990), os padres, religiosas e agentes de pastoral negros propunham que a comunidade se colocasse em círculo como é o costume tradicional nos cultos afro, para significar a comunhão com todo o universo. Uma vez, um bispo me perguntou se este fato de todos na assembléia estarem numa roda, sem destacar o celebrante não desvalorizava o princípio de que o celebrante faz as vezes do Cristo. Respondi que é com a assembléia, Corpo do Cristo que ele sinaliza a presença do Senhor, sem separar cabeça e corpo. Por outro lado, se houve tempo em que o jeito de sinalizar o Cristo era como a de um senhor, como dizia Dom Hélder, nós salientamos mais o sinal do Cristo Irmão e Servidor.

Neste sentido, não serve a inculturação fazer uma Missa cheia de danças indígenas ou afro-ameríndias, mas com numerosos bispos e padres, todos vestidos com insígnias de chefes, sentados no meio de um estádio e o povo todo, de fora das grades, sentado nas arquibancadas e quase só assistindo ao espetáculo.

- Que a assembléia seja toda ativamente participante e como comunidade unida. Daí a importância maior que tomam ritos de acolhida e de introdução que, às vezes, tomam um tempo e uma dimensão maior do que em celebrações mais tradicionais. Uma característica fundamental dos cultos afro e indígenas é o seu caráter afetivo. Assumir isto como jeito de celebrar é um dos pilares da inculturação litúrgica latino-americana.

---

<sup>25</sup> Cfr. M. DE BARROS SOUZA, *Celebrar o Deus da Vida*, Ed. Loyola, 1992. Ver especialmente o cap.II: Do rito ao estilo , p. 29ss.

- Outra nota fundamental das celebrações é o seu tom de festa. Os povos latino-americanos sabem brincar e festejar, mesmo no meio do sofrimento e do luto. Em países como o México, Bolívia e outros, até o dia de finados e a visita ao cemitério tem jeito de festa e de alegria. No catolicismo popular, herdado dos países ibéricos, há uma acentuação da penitência, da dor e da morte. Mas, o nosso povo, até na procissão do Senhor Morto, coloca banda de música e usa trajes festivos e bandeiras.

- É uma característica importante das celebrações populares, a dimensão ecumênica e de diálogo e comunhão entre várias religiões e culturas. Não se trata nem de relativizar a nossa Igreja e nem de diminuir a nossa identidade. Mas, de assumir como mística e como caminho espiritual a paixão de Jesus pela unidade.

- A valorização da Palavra de Deus, contida na Sagrada Escritura e lida a partir da vida. Em toda a América Latina, as comunidades lêem a Bíblia a partir de um método que é orante e espiritual, ao mesmo tempo, atual e ligado à realidade em que vivemos. Faz parte deste método latino-americano, não só ler, mas celebrar a Bíblia. Ela ocupa um lugar central nas nossas celebrações. É aclamada, proclamada e compartilhada entre os irmãos e irmãs, não como uma relíquia sagrada a ser vista, ou escutada, de longe, mas como alimento a ser repartido.

- A integração dos símbolos ancestrais das nossas culturas (terra, pedra, plantas, etc.) e de símbolos da caminhada atual na sacramentalidade da liturgia, de um modo que estes símbolos não substituam os da tradição litúrgica, mas ao contrário ajude a realçá-los.

Em muitos lugares, as comunidades têm restituído às celebrações eucarísticas o seu contexto de refeição, seja acentuando mais o estilo de celebrações em volta da mesa, como reencontrando o caráter de ágape para cada Missa. As comunidades indígenas e negras têm repartido milho ou frutas na celebração. Mas, para que isso se integre bem na celebração, é importante que se revalorize os elementos da eucaristia. Que o pão volte a parecer pão e o vinho seja vinho e todos da comunidade possam compartilhar de um e de outro. A mesma valorização dos elementos litúrgicos está acontecendo com a água do batismo e com os santos óleos usados nos sacramentos.

Lembrando alguns elementos vindos da experiência das comunidades, não podemos esquecer, ou diminuir os grandes desafios e questões abertas. A realidade não é estática e traz permanentemente novos desafios. Cito apenas alguns:

1º Como ligar o jeito engajado e profético das comunidades celebrarem com o estilo da pastoral de massas, principalmente em celebrações feitas em praças com grandes multidões?

2º Como aproveitar no dia a dia de uma comunidade, alguns sinais litúrgicos que parecem mais afeitos a encontros eventuais? A celebração sempre foi um desafio. O próprio calendário litúrgico, com tantas festas e memórias a ser celebradas em dias comuns, testemunha isso. As pessoas dizem: "Hoje, celebramos tal festa" e sabem que ninguém vai acreditar naquilo porque não vêem nenhum sinal de festa.

3º O Concílio, Medellín e os últimos papas aconselharam a que se procurasse ligar mais liturgia e devoções populares. Entretanto, a perspectiva sempre era a de aproveitar na liturgia elementos ou expressões da devoção, ou do que chamavam de "religiosidade popular". Ainda na Carta Apostólica em que comemorava os vinte e cinco anos da Constituição do Concílio, João Paulo II escreveu: "Na liturgia, são acolhidos e recomendados os exercícios de piedade do povo cristão, como outras formas de devoção, desde que não substituam, ou não se misturem indevidamente às celebrações litúrgicas. Uma autêntica pastoral litúrgica saberá apoiar-se nas riquezas da piedade popular e orientá-las para a Liturgia, como oferenda dos povos"<sup>26</sup>.

Qualquer um que trabalha neste campo sabe o perigo do *pout-pourri*, ou da justaposição de elementos, ou de um empobrecimento litúrgico. Na Sexta Feira Santa, o povo vem à procissão do Senhor Morto e não à Ação Sagrada, celebrada à tarde na catedral. Há quem proponha simplesmente substituir a Liturgia pela Via Sacra ou pela procissão. A advertência do Papa é justa. Mas, qual a solução? Quando se percorre profundamente o caminho da inculturação, vai-se além da etapa da adaptação, ou de aproveitar elementos da religião popular como enfeites na nossa liturgia. É a liturgia que se insere, entra no mundo do outro. Aí, como continuar com toda a riqueza teológica da tradição?

4º Outro desafio muito atual é a dimensão orante e mística (a liturgia). As comunidades negras entram em transe dançando e se mexendo. Outras culturas só conseguem pensar contemplação e êxtase a partir da quietude e do silêncio. Na maioria de nossas assembléias litúrgicas, heterogêneas e

---

<sup>26</sup> JOÃO PAULO II, Carta apostólica pelo XXV aniversário da Sacrossantum Concilium, 04/12/1988, *Atualização*, n. 219 maio/junho 1989, p. 218.



plurais, como conciliar esta característica da festa e da expressividade com a profundidade contemplativa? Ainda há muito caminho a se fazer.

## 6. O REENCONTRO DO PRIMEIRO AMOR

(Sem querer ainda tirar conclusões)

Pode ser que alguém pense que estas experiências que os movimentos e comunidades populares estão vivendo em toda a América Latina tenham saído fora do caminho proposto pela Constituição do Concílio sobre a Liturgia. Ao contrário, estou convencido que esta coragem de inculturar a celebração e aprofundar o diálogo e a comunhão com as religiões populares tem devolvido a muitas pessoas e comunidades o amor pela Liturgia, levando-as até a, novamente abrirem-se à mais antiga e profunda tradição das Igrejas. Não há dúvida de que se trata de uma retomada da reforma litúrgica, finalmente realizando, em nosso continente, sua terceira etapa: a da inculturação. Se vocês querem comprovar isso, releiam, ponto por ponto, estas características que têm as celebrações populares e verifiquem se cada uma delas não retoma uma das importantes propostas da Constituição do Concílio: a participação ativa dos fiéis, a catolicidade e assim por diante.

Desde 1988, coordenando a equipe nacional, que com o apoio da Conferência dos Bispos do Brasil, pesquisou e elaborou o "Ofício Divino das Comunidades", posso testemunhar a imensa abertura dos grupos mais populares e das pessoas mais engajadas que desejavam ter este apoio para a sua oração. Não se tratava de elaborar uma versão breve ou simplificada da Liturgia das Horas, mas de dar às pessoas e comunidades do Brasil, o direito de ter uma oração bíblica, litúrgica, fiel à tradição das Igrejas, mas totalmente inserida no seu modo de expressar a fé e de viver a missão. Em sete anos, saíram sete edições, cada uma de dez mil livros e a oitava que acaba de ser publicada, é de quinze mil volumes<sup>27</sup>.

Graças a Deus, cada vez mais crescem comunidades e grupos que caminham no rumo de uma verdadeira inculturação, com todas as dificuldades e riscos, mas com a coragem de viver a fé. Como diz o Êxodo: "No deserto, Deus não levou o seu povo do Egito à terra prometida, por um caminho reto. Ao contrário, fez o povo dar voltas e voltas, durante quarenta anos. Mas,

---

<sup>27</sup> Cfr. OFÍCIO DIVINO DAS COMUNIDADES, Ed. Paulus, 6a edição, São Paulo 1996.

conduziu-o, durante o dia em uma coluna de nuvem e durante a noite por uma coluna de fogo.."(Ex 13, 17-18.21).

Em todo o continente, tem crescido o interesse por uma formação que ajude a integrar mais liturgia e vida, celebração e experiência espiritual. No Brasil, desde dezembro de 1995, pessoas que têm um ministério ligado à liturgia formam, nas diversas regiões do país, grupos de aprofundamento litúrgico que constituem uma rede a qual se deu o nome de "CELEBRA", para ajudar as comunidades a aprofundarem a liturgia, assim como há mais de quinze anos, o CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos) tem ajudado na leitura bíblica.

O Papa João Paulo II está impulsionando realmente toda a Igreja para o grande jubileu do ano 2.000. Ele define que o Concílio Vaticano II iniciou um novo Advento da Igreja e que este tempo de graça se completará neste ano do jubileu<sup>28</sup>. Como no tempo do Concílio, caberá aos que trabalham com a Liturgia espalhar esta boa notícia e iniciar a celebração deste acontecimento que se propõe a ser o que o concílio quis ser: um instrumento para renovar a Igreja, um tempo de reconciliação e uma etapa a mais no caminho da unidade dos cristãos e da comunhão entre as religiões e culturas em vista da paz do mundo.

A Constituição do Concílio sobre a Liturgia pode ser um bom instrumento para preparar o jublieu. Não tanto por uma aplicação material, mas para nos lembrar o caminho que ela tão corajosamente iniciou e que tem pontos importantes a serem completados. Basta lembrar a questão do sacerdócio real de todos os batizados, a questão da mulher, a inserção do culto no compromisso pela justiça.

Dando graças a Deus por tudo o que nos tem dado, lembramos a oração que, em 1962, o Papa João XXIII propôs para prepararmos o Concílio: "Ó Divino Espírito Santo, renova em nossa época os prodígios, como que, de um

---

<sup>28</sup> Cfr. JOÃO PAULO II, *Redemptor Hominis*, 7 e *Tertio Millennio Adveniente*, 23.

novo Pentecostes. Concede que a tua Igreja, reunida em oração unânime e mais intensa em torno de Maria, Mãe de Jesus (...), difunda o reino do Divino Salvador, reino de verdade, justiça, de amor e de paz. Assim seja"<sup>29</sup>.

Endereço do Autor:

Mosterio da Anunciação do Senhor  
Caixa Postal 05  
76600-000 Goiás, Go  
Brasil

---

<sup>29</sup> CONCÍLIO VATICANO II, Vol I: Documentário Preconciliar, compilado por Frei Boaventura Kloppenburg, Vozes, Petrópolis 1962, p. 255-256.